As doenças infecciosas no contexto da saúde pública

Os grandes movimentos mundiais de combate e controle de doenças infecciosas através da higienização básica, campanhas de vacinação em massa e uso de antimicrobianos, que se popularizaram no século passado, culminaram com o aumento da sobrevida populacional. No entanto, a reemergência de doenças contagiosas e o descobrimento de novos micro-organismos é uma situação real e potencialmente perigosa. A primeira pandemia deste século, Influenza H1N1, foi o grande exemplo da capacidade de adaptação e da facilidade de disseminação entre humanos na era da globalização. Os alertas de surtos, epidemias e pandemias são rapidamente difundidos pelos meios de comunicação.

A Revista da AMRIGS apresenta essa característica, que é a de proporcionar a disseminação de informações científicas para os profissionais de saúde, não apenas do estado do Rio Grande do Sul. Este exemplar contempla três artigos originais relacionados à epidemiologia de doenças infecciosas de grande importância em saúde pública.

O estudo catarinense de RIELLA et al. aborda a importância do conhecimento e entendimento do perfil de mutações do HIV frente aos antirretrovirais. Evidenciou-se que a genotipagem pode facilitar as melhores condutas, favorecer escolhas medicamentosas eficazes e racionalizar os medicamentos antivirais. Uma rigorosa aderência à terapêutica é uma das metas assistenciais. Desta forma, torna-se claro que estudos moleculares apresentam custo-benefício adequado e são totalmente aplicáveis na prática médica diária.

O estudo gaúcho de SONAGLIO et al. enfoca a lipodistrofia como uma consequência da terapia antirretroviral em crianças/adolescentes com infecção pelo HIV. Uma população exposta devido à transmissão vertical, que nos últimos anos, felizmente, está sob controle. O grupo de casos demonstrou a maior prevalência de acúmulo da gordura na região abdominal e salienta o risco para doenças cardiovasculares associadas. Um aspecto interessante foi a baixa estatura em um grupo de pacientes. Conclui a importância do diagnóstico precoce destas alterações metabólicas para prevenção primária das complicações.

Finalmente, o estudo pernambucano de MACIEL et al. mensura um problema regional, mas que facilmente pode ser reproduzido em qualquer local de alta prevalência de tuberculose, como o Rio Grande do Sul. O impacto é social, econômico e ocupacional. A repercussão social devido ao absenteísmo, os custos aumentados em decorrência do atendimento terciário de uma doença negligenciada, tratável ambulatorialmente e os riscos ocupacionais aos profissionais de saúde são fatos inquestionáveis. A predominância de tuberculose pulmonar como causa de internação declarada neste estudo reflete um gravíssimo problema primário de saúde. Ficam questionamentos deste estudo que poderiam explicar melhor os resultados: qual a prevalência de tuberculose em pessoas com infecção pelo HIV? Qual a frequência de mortalidade em pacientes com e sem a infecção pelo HIV? – já que é uma doença prevalente neste grupo e ainda subdiagnosticada. O tratamento precoce, a detecção de contatos sob risco através do teste de Mantoux e a utilização de terapia observada domiciliar são formas de controle e prevenção de tuberculose.

Os três estudos discutem doenças prevalentes, com alto impacto econômico e ao mesmo tempo com diferenças sociais e organizacionais. Demonstram os extremos entre diagnósticos moleculares para a escolha de medicações e controle de doenças metabólicas cardiovasculares em portadores de HIV e a morte de pessoas jovens e economicamente ativas, causada por uma doença curável, também estigmatizante, que é a tuberculose.

PROF. MARCELO CARNEIRO, MD, ID, MSC
Professor de Infectologia – Curso de Medicina – UNISC – RS
Conselheiro Editorial da Revista AMRIGS